



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ

SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 1194

DECISÃO Nº 084/2022

PROCESSO Nº 480242/2022

INTERESSADO: INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO PARÁ - IAPEP

**EMENTA: APROVA** a “REVISÃO DE REGISTRO DA ENTIDADE DE CLASSE DE PROFISSIONAIS INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO PARÁ - IAPEP, PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DE SEUS REGISTROS, EM ATENDIMENTO AO ART. 20 DA RESOLUÇÃO Nº 1.070, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, DO CONFEA.

### DECISÃO

O Plenário do CREA-PA reunido em Sessão Ordinária Nº 1194, de 14/06/2022, apreciando o PROCESSO Nº 480242/2022 - INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO PARÁ - IAPEP. Assunto: "*REVISÃO DE REGISTRO DE ENTIDADES DE CLASSE NO CREA-PA*", **DECIDIU APROVAR, POR UNANIMIDADE, REVISÃO DE REGISTRO DA ENTIDADE DE CLASSE DE PROFISSIONAIS INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO PARÁ - IAPEP**, conforme o Parecer do Relator Conselheiro Engenheiro Civil ALMIR MAGALHÃES OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR, nos seguintes termos: "*Considerando Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, arts. 34, alínea "p" e 62; considerando Resolução nº 1.070, de 15 de dezembro de 2015, arts. 21 e 22; considerando que a EC IAPEP possui 11 (onze) representantes do Grupo Engenharia e 01 (hum) do Grupo Agronomia empossados, totalizando 12 (doze) representantes. A EC IAPEP possui 03 mandatos com encerramento em 31 DEZ 2022, sendo 02 (dois) no Grupo Engenharia e 01 (hum) no Grupo Agronomia; considerando o disposto no Art. 21 da Resolução nº 1.070/2015, para revisão de seu registro, a entidade de classe deverá encaminhar anualmente ao Crea requerimento instruído com original ou cópia autenticada ou atestada por funcionário do Crea dos seguintes documentos: I - alterações estatutárias ocorridas após o registro ou a última revisão de registro, se houver, registradas em cartório, contemplando os mesmos requisitos exigidos para o registro; II - ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório, se houver alteração após o registro ou a última revisão de registro; III - comprovante de efetivo funcionamento como personalidade jurídica mediante a prática de atividades de acordo com os objetivos definidos em seu estatuto e relacionadas às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sendo exigida a*



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ

comprovação de no mínimo 3 (três) atividades do ano anterior, tais como aquelas exigidas para registro; IV - relação de associados comprovadamente efetivos, com registro ou visto na circunscrição do Regional, atualizada até 31 de dezembro do ano anterior, especificando nome, título profissional, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e número de registro nacional no Sistema Confea/Crea de no mínimo trinta profissionais, conforme o caso, que estejam adimplentes com suas anuidades junto ao Crea (Vide observação no rodapé); V- prova de regularidade na Fazenda Federal, na forma da lei; VI- Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; VII- Informação à Previdência Social - GFIP; e VIII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários; considerando que a documentação para revisão de registro da EC IAPEP foi protocolizada no SITAC sob nº 480242/2022 em 02/05/2022 às 14:12:03h, e que, da documentação citada no item 2 deste relatório, faltou o item VIII - prova de regularidade relativa à Seguridade Social; considerando o disposto no sítio eletrônico <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/orientacoes-gerais/gfip-e-sefip-orientacoes-gerais>, que a Lei nº 9.528/97 introduziu a obrigatoriedade de apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, que é um conjunto de informações destinadas ao FGTS e à Previdência Social, e que todos estão obrigados a entregar a GFIP exceto o contribuinte individual sem segurado que lhe preste serviço, o segurado especial, os órgãos públicos em relação aos servidores estatutários filiados a regime próprio de previdência social, o empregador doméstico que não recolher o FGTS para o empregado doméstico e o segurado facultativo; considerando que consta no sítio anteriormente citado, a informação de que inexistindo recolhimento ao FGTS e informações à Previdência Social, o empregador/contribuinte deve transmitir pelo Conectividade Social um arquivo SEFIPCR.SFP com indicativo de ausência de fato gerador (sem movimento), que é assinalado na tela de abertura do movimento, para o código 115, e que o arquivo deverá ser transmitido para a primeira competência da ausência de informações, dispensando-se a transmissão para as competências subsequentes até a ocorrência de fatos determinantes de recolhimento ao FGTS e/ou fato gerador de contribuição previdenciária; considerando o disposto no sítio eletrônico <https://www.licitacao.net/dicas/prova-de-regularidade-com-a-seguridade-social>, de que a CND - Certidão Negativa de Débitos com a Previdência - é a comprovação de Regularidade com a Seguridade Social; Considerando o disposto no sítio eletrônico <https://portal.conlicitacao.com.br/duvidas/o-que-e-a-prova-de-regularidadefiscal/#:~:text=A%20prova%20de%20regularidade%20com,site%20da%20Caixa%20Econ%20C%20B4mica%20Federal>, de que a prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) é feita através da mesma certidão que comprova a regularidade com a Fazenda Federal, pois o governo optou por unificá-las; considerando a Deliberação nº 015/2020/CRT, que considera como a prova de regularidade com a Seguridade Social para fins de atendimento ao inciso VII do Art. 21 da Resolução nº 1.070, de 15 de dezembro de 2015, do Confea, a mesma certidão que comprova a regularidade com a Fazenda Federal. Voto, pela APROVAÇÃO da revisão de registro da Entidade de Classe de Profissionais INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO PARÁ - IAPEP, no exercício de 2022". Presidiu a reunião o



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ

Senhor Danilo Da Silva Linhares. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros: Alessandra Damasceno Da Silva, Alessandra Doce Dias De Freitas, Almir Magalhaes Oliveira De Almeida Junior, Antonio Rosa Moita, Breno Farias Da Silva, Clarindo Rodrigues Da Silva Junior, Cleber De Souza Oliveira, Eli Carlos Duarte De Andrade, Elizene Sarmento, Everton Ruggeri Silva Araujo, Gilmaro Da Silva Drago, Ines Maria Miranda Lobato Teixeira, Irandir De Castro Diniz, Janilton Maciel Ugulino, Jose De Souza Teixeira Junior, Jose Guilherme Silva Melo, Jose Renato Lima Aguiar, Kepler Jose Braun Guimarães, Lucca Soares Do Valle Miranda, Milena Pantoja De Souza Peper, Raimundo Nonato Do Espirito Santo Dos Santos, Ricardo Guedes Accioly Ramos, Ricardo Jose Lopes Batista, Rodolfo Ramos De Souza, Sergio Fernando Lobato Moreira, Thais Gleice Martins Braga, Wilson Carvalho Da Silva Junior. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Belém, 14 de junho de 2022

Danilo Da Silva Linhares  
1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência



Documento assinado eletronicamente por Danilo Da Silva Linhares em 11/07/2022 07:37:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento art. 6º, §1º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.